

Artigos livres

Os modos discursivos de legitimação das visões legislativas sobre a indústria no Congresso Nacional brasileiro

Discursive modes of legitimizing legislative views on industry in the brazilian National Congress

VINICIUS FOLETTTO BEVILAQUA¹

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar os modos discursivos de legitimação das visões legislativas sobre a indústria brasileira. Utilizou-se o conceito de “gramática social”, compreendido como o conjunto de críticas e justificações histórica e coletivamente elaborado por grupos sociais em contextos de disputa política e os conceitos de “crítica” e de “justificação” de Boltanski e Thévenot (1999, 2006). Analisaram-se duas sessões sobre o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria ocorridas no Congresso Nacional com o auxílio teórico-metodológico da análise do discurso (Maingueneau, 2015) e da análise de conteúdo (Spink & Lima, 1999). Como resultado, identificou-se a manifestação discursiva de três gramáticas sociais: a gramática da “produção”, da “competição” e da “autorregulação”. Os discursos da gramática social da “produção” procuram legitimar o compromisso social entre o Estado e a estrutura produtiva. Os discursos da gramática da “competição” enfatizam a redução dos custos de produção e o papel de um Estado protetivo, de maneira a aumentar a competitividade da estrutura produtiva brasileira em relação à cadeia de produção internacional. Os discursos da gramática da “autorregulação”, herdeiros em parte dos discursos neoliberais da década de 1990, defendem a autonomia absoluta do “mercado” em relação ao Estado e a capacidade do “mercado” em definir unilateralmente as políticas a serem priorizadas em relação à estrutura produtiva. Conclui-se argumentando que a análise dos modos discursivos de legitimação das visões legislativas sobre a indústria possibilita a compreensão da pertinência da dimensão simbólica e moral nos debates sobre a estrutura produtiva brasileira.

Palavras-chave: Indústria; Congresso Nacional; Sociologia pragmática francesa.

¹ Agradeço aos comentários dos avaliadores anônimos, cujas contribuições enriqueceram a qualidade geral do artigo.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the discursive modes of legitimizing legislative views on Brazilian industry. The concept of "social grammar" was used, understood as the set of criticisms and justifications historically and collectively elaborated by social groups in contexts of political dispute, along with the concepts of "criticism" and "justification" from Boltanski and Thévenot (1999, 2006). Two sessions on the launch of the Industry Legislative Agenda held in the National Congress were analyzed using the theoretical and methodological aids of discourse analysis (Maingueneau, 2015) and content analysis (Spink & Lima, 1999). As a result, the discursive manifestation of three social grammars was identified: the grammar of "production," "competition," and "self-regulation." The discourses of the social grammar of "production" seek to legitimize the social compromise between the State and the productive structure. The discourses of the grammar of "competition" emphasize the reduction of production costs and the role of a protective State, in order to increase the competitiveness of the Brazilian productive structure in relation to the international production chain. The discourses of the grammar of "self-regulation," partly heirs to the neoliberal discourses of the 1990s, defend the absolute autonomy of the "market" in relation to the State and the capacity of the "market" to unilaterally define the policies to be prioritized in relation to the productive structure. It is concluded that the analysis of the discursive modes of legitimizing legislative views on industry allows for an understanding of the relevance of the symbolic and moral dimension in debates about the Brazilian productive structure.

Key words: Industry; National Congress; French Pragmatic Sociology.

INTRODUÇÃO

A estrutura produtiva de cada formação social historicamente se demonstra produto, em parte, das distintas visões de indústria das forças sociais que a habitam. Ao longo do século XX, de acordo com Reinert (2016), o desenvolvimento industrial de países como a China, a Rússia e os Estados Unidos se desenrolou por meio de um Estado participativo e estimulador. Na literatura que se concentra no papel do Estado no desenvolvimento industrial, ocorre geralmente uma conceituação do Estado como uma força homogênea relativamente coesa. Porém, ao assumir esse modo de compreensão – ainda que legítimo – incorre-se eventualmente numa secundarização das contradições e conflitos inerentes às forças sociais inseridas em uma determinada formação social. Dito isso, tem-se como premissa a lógica de que a estruturação do setor produtivo, no que pese sua relação com o Estado, perpassa uma dinâmica de conflito e consenso entre distintas forças sociais interessadas em transformar suas visões de mundo em ação, conformando uma estrutura produtiva que se alinhe às suas visões. As visões de mundo englobam valores e crenças que influenciam diretamente na elaboração de políticas econômicas. A transformação das visões de mundo em ação, todavia, não se desdobra somente como uma

disputa material, pois envolve também a dimensão simbólica. Nesse sentido, as forças sociais usam repertórios de crítica e de justificação para legitimar suas visões de mundo e deslegitimar visões de mundo contrárias à sua. Um espaço social privilegiado de manifestação dos conflitos entre essas forças sociais se define como a esfera legislativa. Para definir as legislações que afetam a indústria, torna-se necessário um amplo debate político que exponha distintos modos de solucionar seus problemas. Nessa dinâmica de conflito e consenso, manifestam-se modos específicos de discurso para legitimar as visões de mundo em disputa.

A pesquisa que originou o artigo partiu do interesse em compreender e identificar quais os modos discursivos de legitimação das visões políticas e morais hegemônicas sobre a indústria brasileira encontradas no debate público do Congresso Nacional. Inicialmente, discursos genéricos como “a indústria promove o desenvolvimento econômico” ou “nossa indústria precisa ser mais eficiente” mascaram um problema complexo de fundo: quais são as variações morais que alimentam os discursos políticos sobre a indústria? Para elaborar sociologicamente essa questão espontânea, utilizou-se como lente conceitual a noção de “gramática social”, isto é, o conjunto de críticas e justificações histórica e coletivamente elaborados através do constante tensionamento entre duas ou mais visões de mundo e mobilizável em contextos de disputa política. O artigo explora o seguinte problema de pesquisa: quais as gramáticas sociais funcionam para legitimar as visões de mundo envolvidas no processo de debate sobre a formatação da estrutura produtiva brasileira quando os agentes participam no plenário do Congresso Nacional?

A investigação metodológica a partir das gramáticas sociais dentro de uma perspectiva contemporânea influenciou o recorte do objeto de estudo. Como o objeto de estudo envolve os modos discursivos de legitimação das visões de mundo sobre a estrutura produtiva brasileira, entendeu-se como pertinente considerar as manifestações que diretamente produziram discursos e estiveram permeadas de agentes e grupos sociais vinculados à dimensão industrial. Escolheu-se o plenário do Congresso Nacional em virtude desse espaço político conter distintas visões de mundo sobre a indústria brasileira e representar – ainda que assimetricamente – parcelas distintas de esferas sociais externas à esfera política formal. O lançamento da Agenda Legislativa da Indústria² – produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) – no Congresso Nacional em 2019 e 2023

2 A Agenda Legislativa da Indústria é um documento que contém propostas para desenvolver e aperfeiçoar a estrutura produtiva brasileira com base em discussões realizadas entre os segmentos patronais.

significou um momento político em que esses diversos discursos se manifestaram. Como o Congresso Nacional registra em notas taquigráficas as discussões de plenários, comissões e audiências públicas, utilizaram-se as notas taquigráficas das duas sessões ocorridas no plenário do Congresso Nacional, com a manifestação dos discursos de 25 agentes políticos (parlamentares e representantes da Confederação Nacional da Indústria – CNI). Para identificar, organizar e classificar as gramáticas sociais, utilizaram-se da análise de conteúdo (Spink & Lima, 1999) e da análise do discurso (Maingueneau, 2015). A análise de conteúdo favoreceu a organização dos sentidos vinculados nos discursos analisados, enquanto a análise do discurso facilitou a conexão dos textos histórica e coletivamente situados.

Como resultados, identificaram-se três gramáticas sociais: a) a gramática da “produção”; b) a gramática da “competição”; e c) a gramática da “autorregulação”³. Cada gramática social se encontrou atrelada a distintos partidos políticos e grupos sociais, porém não se tornou possível definir estritamente que a gramática A compõe o quadro ideológico do partido B, em virtude de cada gramática ser uma elaboração conceitual e tipológica aproximada da realidade empírica. Cada gramática social produziu um conjunto de críticas e de justificações direcionadas, principalmente, à relação entre o Estado e a estrutura produtiva, definindo papéis específicos que o Estado desenvolveria em relação àquela. Em termos históricos, as gramáticas sociais da “produção” e da “competição” são gramáticas clássicas ao se manifestarem ao longo do século XX no debate público – ainda que tenham sofrido metamorfoses nesse processo – enquanto o surgimento da gramática social da “autorregulação” se encontra associado às transformações discursivas observadas em parte do setor patronal na formação social brasileira durante a década de 1990, quando tensionadas pela reestruturação produtiva, pelas mudanças tecnológicas e pelo neoliberalismo.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira se debruça sobre dois elementos: a) a literatura sociológica voltada aos modos discursivos de legitimação; e b) à

3 As aspas na nomeação de cada gramática social ressaltam a ideia de que o pesquisador e os leitores não podem assumir cada gramática como dada ou como um reflexo técnico dos discursos, isto é, se uma gramática destaca a noção de “competição”, significa que os agentes que a mobilizam estão preocupados com a capacidade competitiva da indústria brasileira e, numa visão ingênua, qualquer elemento contrário a esse indica algo desvirtuoso – afinal, qual projeto de nação não se preocupa com a competitividade das suas empresas? Cada gramática social desempenha um efeito discursivo de legitimar determinada visão de mundo e deslegitimar outras, demonstrando-se, ainda que, implicitamente, em alguns casos, imbuída de vontade política. As aspas funcionam para constantemente lembrar sobre a vontade política presente na formação das gramáticas sociais.

explicitação das dimensões do conceito de gramática social junto da sua operacionalização. As outras três seções exploram o conteúdo de cada gramática social e sua manifestação discursiva quando considerado o contexto político do Congresso Nacional. Conclui-se retomando o argumento central do artigo.

1. A LITERATURA SOCIOLÓGICA SOBRE OS MODOS DISCURSIVOS DE LEGITIMAÇÃO E O CONCEITO DE GRAMÁTICA SOCIAL

Contemporaneamente, na literatura da sociologia do trabalho e da economia política, pode-se identificar três tipos principais de visões sobre a estrutura produtiva. Cada perspectiva sublinha determinado interesse. Uma parte dos estudos aponta para a importância da noção de neoliberalismo e de reestruturação produtiva. Esse conjunto identifica os principais elementos inerentes ao neoliberalismo e os analisa, explorando suas dimensões e as associando com efetivas mudanças produtivas, sociais e tecnológicas observadas nas formações sociais. Dentro de um quadro teórico-tipológico, a noção surge conceituada como um fenômeno econômico e político, onde o neoliberalismo se manifesta nos princípios da desregulamentação do mercado de trabalho, abertura financeira das economias e privatizações de empresas estatais (Harvey, 2006; Katz, 2016; Martins, 2011) e, eventualmente, também ideológico e cultural, demonstrando-se como um processo de subjetivação ideológica e como produtor de dispositivos cognitivos (Dardot & Laval 2016; Wasserman, 2017). As economias nacionais e suas legislações sofrem inflexões de maneira a acomodar os princípios neoliberais enfatizados. As alterações nas legislações trabalhistas dos países de economia periférica, por exemplo, são acompanhadas de jargões supostamente técnicos (“menos é mais”) e discursos que sublinham o crescimento econômico, mas mascarando a precarização do trabalho. Cada um desses distintos processos de instalação dos princípios neoliberais – ou de outros tipos de princípios também – necessita, paralelamente, de mecanismos discursivos que legitimem social e moralmente tais mudanças.

Outra parte da literatura investiga os efeitos das ideias do desenvolvimentismo e do liberalismo econômico sobre a indústria. Assume-se uma perspectiva antagônica: o desenvolvimentismo dificulta o liberalismo econômico e vice-versa. As pesquisas sinalizam o desenvolvimentismo através da ideia de um Estado regulador e interventor, condutor de políticas de proteção tarifária à indústria e segmentador de investimentos, isto é, certos segmentos da economia industrial são considerados prioritários em detrimento de outros. Sobre o liberalismo econômico, no geral, as investigações compreendem o Estado como

uma garantia do ambiente de negócios e da segurança jurídica, afastando o papel de regulador e interventor próprio do desenvolvimentismo. Desse modo, enfatizam a livre circulação de mercadorias e produtos com pouca — ou nenhuma, em casos radicalizados — interferência estatal⁴. O liberalismo econômico e o desenvolvimentismo são concebidos como ideias políticas mescladas com ideias econômicas que afetam a economia industrial e as políticas econômicas de uma formação social (Boito, 2018; Bresser-Pereira, 2017; Perissinotto, 2014; Schapiro, 2013). Em segundo lugar, ver-se-á no artigo que as três gramáticas sociais identificadas apresentam, numa primeira observação, certa semelhança com essas três noções da literatura revisada, porém não podem ser reduzidas àquelas⁵.

A revisão de literatura, até então, auxilia a compreender que as ideias políticas mais gerais municiam as visões sobre a indústria e, portanto, o modo como as políticas industriais serão operadas. Entretanto, uma questão sociológica que se sobressai é como essas ideias políticas são legitimadas moralmente no debate público? Qual a lógica discursiva que permeia o processo de discussão e que respalda as visões sobre a indústria em determinada formação social? Elencam-se três correntes na literatura sociológica que fornecem elementos para compreender tais questões: a) a teoria da escolha racional; b) a teoria deliberativa da democracia; e c) a heterogênea teorização da sociologia pragmática.

4 Essas considerações sobre a literatura destacam os aspectos teóricos, visto que na realidade empírica as premissas de cada uma dessas perspectivas se desenvolvem de modo complexo. Nos discursos não acadêmicos, apoiados nas premissas do liberalismo econômico, por exemplo, eventualmente se observa a demanda por um Estado protetor da indústria nacional, contrariando a premissa da livre circulação de mercadorias.

5 Na literatura da disciplina da Economia política — em específico nas pesquisas orientadas à discussão das políticas industriais — constatou-se uma tipologia que classifica três tipos de políticas industriais contemporâneas: a) desenvolvimentista; b) competitiva e de inovação; e c) regulatória das falhas do mercado (Ferraz, Paula & Kupfer *apud* Schapiro, 2013). De imediato, pode-se conceber um certo paralelo com a tipologia proposta nesse artigo. Entretanto, em um olhar aproximado, evita-se reduzir uma à outra em virtude dos conteúdos de cada uma das gramáticas serem empiricamente produzidos na prática política dos agentes — essa que responde, entre vários elementos, à própria formação intelectual dos agentes, mas também à sua trajetória sindical, profissional, familiar, política e de sociabilidade. Sobretudo, são gramáticas elaboradas historicamente e coletivamente por coletividades e grupos sociais e que, eventualmente, podem incorporar no seu conteúdo as reflexões e classificações de mundo encontradas em outras esferas sociais, como a esfera acadêmica. Em síntese, as gramáticas sociais expostas não se referem às visões acadêmicas e econômicas sobre as políticas industriais, e sim aos modos discursivos de legitimação das visões de mundo associadas à estrutura produtiva brasileira, produzidas pelos agentes (parlamentares e representantes da Indústria, no caso desse artigo).

As teorias da escolha racional, dentro do recorte da esfera legislativa e do debate público⁶, enfatizam a capacidade racional da troca de informações, o interesse dos agentes, a disponibilidade de recursos e as escolhas operadas por eles. Os agentes consideram racionalmente os melhores argumentos e realizam suas decisões se baseando nos meios disponibilizados e nos fins pretendidos. Os agentes não somente são racionais, apresentando também racionalidades distintas de acordo com a análise. Os autores nessa corrente utilizam denominações como “decisões coletivas”, “decisões públicas” e “deliberações” para se referir ao resultado do processo racional de debate (Burns & Lemoyne, 2007; Elster, 2010; Kreppel & Hix, 2003; Morales & Fernández, 2008; Morin & Gold, 2010; Stephenson, 2011; Warntjen, 2010). Ocorre uma ênfase na dimensão material do debate público, tornando a dimensão simbólica secundária. As teorias da escolha racional, embora legítimas, concedem pouco espaço às investigações interessadas na dimensão moral do debate público. Entretanto, autores como Reis (2010) elaboram teorizações pertinentes que conjugam a racionalidade dos agentes, a procura por maximização da eficácia em um contexto de escassez – como o caso da dimensão institucional da vida política – e o papel das instituições na regulação da dimensão estratégica da ação.

A teoria deliberativa da democracia, por sua vez, avança com a premissa teórica de que os agentes intersubjetivamente debatem entre si para, eventualmente, encontrarem um consenso. Porém, esse processo não significa que os agentes regularmente alcancem esse objetivo. Há uma ênfase no processo de argumentação e na expressão de razões que informem os participantes de um debate. De modo geral, os agentes intersubjetivamente elaboram soluções comunicativas para problemas sociais observados (Avritzer, 2000; Cohen, 2003; Habermas, 2003). Certas porções desse conjunto de estudos, como Benson (2019) e Dolný (2011), inclinam-se aos modelos teóricos que enfatizam a discussão racional “livre” entre “iguais”, mesmo quando se deparam com contextos assimétricos de organização do poder, como as arenas políticas formais (Câmara dos Deputados e Senado Federal *e.g.*). A literatura associada à teoria deliberativa da democracia acrescenta perspectivas valiosas sobre os modos discursivos de legitimação das visões de mundo, quando considerado principalmente as questões sobre a legitimação da organização do poder político (Faria, 2000). Parte desse processo de organização perpassa os debates e

6 Uma das variações encontradas na literatura da teoria da escolha racional se refere à formação, manutenção e atuação de grupos de interesse. Como esses elementos extrapolam o recorte baseado na noção de “debate público”, essa parte da literatura não foi incluída.

deliberações desenrolados na esfera legislativa, desde as discussões sobre os projetos de lei até as sessões de lançamento de novas agendas políticas. A ênfase da literatura recai sobre os processos comunicativos de agentes racionais que compõem os processos de deliberação – sejam eles institucionalizados ou estritamente vinculados à sociedade civil⁷. Da perspectiva do artigo, pretende-se explorar não pela via exclusiva da racionalidade – ainda que essa invariavelmente atravesse qualquer deliberação – e sim pela dimensão moral dos discursos, especificamente pelos descritores empíricos de “crítica” e “justificação”.

No conjunto de pesquisas vinculadas à sociologia pragmática, cujo recorte escolhido se referiu aos estudos que ressaltam o papel da dimensão discursiva nas interações, observa-se uma predileção pela identificação dos repertórios linguísticos dos agentes, assim como a mobilização de recursos cognitivos e morais. Cada repertório linguístico realiza, durante a operação dos discursos, uma afirmação sobre o objeto que é tema da discussão, sendo essa afirmação – dentro dos propósitos desse artigo – uma crítica ou uma justificação. Kaufman (2012) compreende que os referenciais teóricos da sociologia pragmática partem da própria ação social ou discurso, das suas regras explícitas ou implícitas e do social, enquanto objeto, que opera através de atividades de coordenação, ajuste, crítica e justificação dos agentes. Um grupo de estudos se dedica às experiências de ação e de julgamento que envolvem crítica e justificação (Boltanski, 2000; Cefaï, 2009; Lemieux, 2009). A fração francesa de autores dessa literatura, predominantemente, afilia-se à sociologia pragmática como uma resposta às limitações observáveis em teorias voltadas à determinação estrutural e à escolha racional. Um segundo conjunto de estudos se debruça sobre as filosofias políticas que apoiam os modos discursivos de legitimação. A premissa desse conjunto compreende que as críticas e as justificações mobilizadas pelos agentes em contexto de debate operam relações implícitas com modelos morais encontrados na filosofia política (Blok, 2013; Blokker, 2011; Boltanski & Thévenot, 2006; Holden & Scerri, 2015; Thévenot *et al.*, 2000).

Considerando a literatura revisada para a elaboração do panorama sobre o objeto de estudo, procura-se explorar as contribuições de Boltanski, Thévenot e Chiapello em relação aos modos discursivos de legitimação. A teoria das críticas e das justificações de Boltanski e Thévenot (1999; 2006) e Boltanski (2009) fornece pistas para investigação. Os

7 Alguns estudos, como o de Odzuck e Günther (2022), destacam o papel emancipador das teorias deliberativas da democracia no apontamento de lacunas institucionais que dificultam os processos deliberativos que envolvem os cidadãos no geral.

agentes em situações de disputa mobilizariam repertórios de críticas e justificações para fortalecer seu posicionamento e enfraquecer os discursos dos seus adversários, de modo a vencer um debate. Essas situações de disputa são definidas como “momentos críticos”, onde o imperativo de justificação se manifesta, compelindo os agentes a mobilizar seus repertórios. Nesse contexto, os discursos dos agentes são informados por modelos de justiça, uma espécie de estrutura cognitiva. Os modelos de justiça – ou “*cités*”, no original – são definidos por um princípio superior comum, responsável por hierarquizar os argumentos dos agentes de acordo com um denominador comum prévio e externo aos debates, reconhecido em obras clássicas da filosofia política⁸.

Em trabalhos anteriores, utilizou-se a teoria das críticas e das justificações de Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski e Thévenot (2006). Entretanto, constataram-se certos gaps analíticos e metodológicos que ignoravam características do objeto de estudo considerado. Nesse sentido, a produção do conceito de “gramática social” procurou abordar analiticamente o objeto de estudo através de um ângulo que enfatiza a historicidade e coletividade da prática discursiva política produzida ao longo da interação entre agentes nos debates públicos. Se a teorização dos franceses, após suas respectivas pesquisas empíricas, parte de uma realidade material e simbólica própria da formação social francesa, seu emprego analítico e metodológico na formação social brasileira evidenciou necessidades distintas. O conceito de gramática social propõe uma abordagem menos dedutiva ao objeto de estudo – ainda que dada a natureza da conceituação sociológica seja necessária a formulação de elementos conceituais mínimos – e direcionada ao que empiricamente se manifesta no recorte do objeto de estudo. O artesanato do conceito de gramática social, desde seu início, buscou uma formatação aberta que permitisse uma constante interação entre o objeto de estudo e as dimensões e componentes do conceito.

O conceito de gramática social funciona para sublinhar os elementos discursivos e transformativos da prática social. Schatzki (2006) compreende que as práticas sociais podem ser analisadas por meio de quatro componentes: a) os complexos de saber-fazer da prática; b) as regras entendidas pelos agentes como diretrizes a serem aceitas ou desprezadas; c) as estruturas teleológico-afetivas que envolvem finalidades, ações, emoções e projetos das práticas que os agentes performam; e d) as compreensões gerais que os agentes possuem sobre a prática que realizam. Na esfera legislativa, cada agente se encontra

8 Um elemento que não fica claro na teorização dos franceses é como ocorre a disseminação das ideias filosóficas e políticas ao longo do tecido social, de modo a revelar o processo que começa nas ideias identificadas na literatura filosófica e termina na sua cristalização na estrutura cognitiva dos agentes.

munido de compreensões gerais sobre a prática social do debate público. A dimensão discursiva da prática se configura numa constante atualização dos seus conteúdos e formas, significantes e significados. Os agentes, conscientes de suas visões de mundo sobre a estrutura produtiva, mobilizam críticas e justificações para legitimar aquelas.

As gramáticas não se reduzem à própria estrutura cognitiva dos agentes, sendo em parte produto da dinâmica discursiva de determinado conflito e, em outra parte, produto da história do conflito entre gramáticas. No caso da estrutura cognitiva dos agentes, em um primeiro momento, pode-se observar uma certa predileção econômica e social dos parlamentares que discursam sobre a estrutura produtiva – se preferem políticas como a desoneração da folha salarial nas empresas ou a proteção tarifária na exportação ou importação de bens, maquinários e equipamentos – porém o seu conhecimento tácito sobre a economia industrial, isto é, seu conteúdo, não é exatamente transcrito na forma de um discurso coeso, formal e intelectualizado (como seria o caso da escrita de uma doutrina econômica encontrada em um livro acadêmico). A própria natureza da prática social do debate público restringe o tempo de fala dos parlamentares, exigindo-lhes uma maior urgência nos seus discursos. Desse modo, as gramáticas sociais são observadas como repertórios discursivos que contêm críticas e justificações relativamente pré-elaboradas e menos formalizadas do que um conteúdo estritamente intelectual e acadêmico. Portanto, torna-se significativo distinguir a estrutura cognitiva dos agentes dos seus discursos para analisar e compreender como ocorre a legitimação das visões de mundo dos agentes em contextos de disputa política.

A operacionalização do conceito de gramática social requer sua divisão em três dimensões: a dimensão histórica, a coletiva e a discursiva. Cada uma das dimensões contém um conjunto de componentes, seguindo as contribuições de Quivy e Campenhoudt (2013) ao processo de operacionalização de conceitos. A dimensão histórica contém como componentes os conceitos e a capacidade de aprendizagem sociohistórica das coletividades. Durante os conflitos e debates públicos, os agentes e as coletividades manifestam discursivamente ideias, valores e noções e esses, com o tempo, cristalizam-se, formando as gramáticas sociais. Os conceitos nas gramáticas sociais não se referem somente a uma definição objetiva de um referencial empírico – como o conceito de Estado é significado em um dicionário, por exemplo – pois os conceitos considerados se encontram imbuídos de moralidade justamente por serem utilizados por agentes em contextos de disputa política. Nesse sentido, são conceitos “moralizados”. Esse é um ponto importante na

conceituação operada. Existem os conceitos históricos – de interesse da disciplina da História dos conceitos — metodologicamente reconstruídos através do exame dos dicionários de determinada época e dos usos “oficiais” dos conceitos. Na proposta teórico-metodológica do conceito de gramática social, enfatiza-se o uso dos conceitos em circunstâncias de conflito político e debate público, e não necessariamente no uso oficial de tais conceitos. Ao considerar a existência de conceitos imbuídos da moral heterogênea de uma sociedade, argumenta-se por uma via analítica que considera o que cada agente, coletivo ou grupo social denomina e atribui a determinado objeto de discussão. Desse modo, identifica-se com certa precisão quais são os elementos de legitimação do discurso que revelam as diferenças de visão de mundo entre agentes. Apesar da consideração do uso dos conceitos, os próprios são também produto de um processo histórico e coletivo que se cristaliza nas gramáticas. As gramáticas identificadas perdem e ganham novos sentidos à medida que os agentes, socialmente, mobilizam e usam as gramáticas ao seu próprio modo, incorporando a história social das coletividades nas próprias gramáticas. A segunda dimensão do conceito também participa desse processo, pois a dimensão coletiva se refere à questão da identidade individual e coletiva presente nas gramáticas.

A terceira dimensão considerada no conceito de gramática social, em conjunto com as dimensões da história e do coletivo, refere-se à discursiva. Essa dimensão se compõe de dois elementos imprescindíveis ao processo de legitimação: as críticas e as justificações. Compreende-se o conceito de crítica como uma “denúncia [d]o caráter injusto de uma situação” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 56, adição do autor). A crítica procura retirar o alvo dela de uma posição socialmente percebida como legítima. Considera-se uma justificação, por sua vez, como uma articulação que enlaça um argumento com seu objeto discursivo. Nesse processo de enlace, o objetivo último da justificação é atribuir legitimidade ao que os agentes, grupos sociais ou instituições defendem.

A condução da análise se orientou pela noção de “visibilidade” (Spink & Lima, 1999) de maneira a atender às características do objeto de estudo e, portanto, à própria natureza discursiva. Para tornar possível a visibilidade, utilizou-se do mapa de associação de ideias das autoras citadas. O mapa divide um discurso em blocos de sentido de modo cronológico. Essa técnica de análise complementa aquilo que Gardin (1976), embora no domínio da análise do discurso, referiu ao discurso como sendo constituído em relação a outro discurso. De modo semelhante, cada bloco de sentido do mapa garantia seu próprio sentido quando em relação aos blocos de sentido anteriores e posteriores. Nessa metodologia, de acordo com Spink e Lima (1999), a organização cronológica cumpre um

papel que evita a descontextualização dos discursos e, portanto, dos sentidos de cada bloco. No caso da identificação e classificação das gramáticas sociais, o mapa de associação de ideias facilitou a categorização dos conceitos internos às gramáticas. Especificamente, os conceitos de Estado, mercado, indústria, empresa, empresário e trabalhador foram definidos em virtude das características do objeto de estudo. Cada um desses conceitos é significado de maneira distinta de acordo com a gramática social considerada. O emprego da análise do discurso favoreceu a avaliação do vínculo entre o conteúdo dos discursos e a sua relação com a estrutura produtiva brasileira e, em específico, a um dos seus componentes principais, o Estado.

Analisaram-se duas sessões no Plenário do Congresso Nacional. Uma realizada em 2019, por ocasião do lançamento da Agenda Legislativa da Indústria, e outra ocorrida em 2023, pelo mesmo motivo. No total, foram analisados os discursos de 25 agentes. Em 2019, 17 agentes discursaram na sessão de lançamento e 8 agentes em 2023. O objeto empírico delimitou o conteúdo das gramáticas⁹. Nesse sentido, outros conteúdos nas gramáticas são possíveis quando considerada a escolha do recorte do objeto de pesquisa.

2. PRODUÇÃO E SOCIEDADE DO CONSUMO

A gramática social da “produção” reúne um conjunto de críticas e de justificações centrado na relação da indústria com o Estado como principal estimulador por meio de políticas setoriais, sem necessariamente intervir, e na ideia geral de produção em larga escala, produtividade e qualidade do emprego. A centralidade da produção na gramática pode ser representada por um dos discursos analisados, onde um parlamentar do PDT argumenta sobre as pessoas viverem numa sociedade de consumo:

O Brasil, ao longo das últimas décadas, tem estado entre as dez maiores economias do mundo. Afinal de contas, qual é a razão, então, de o nosso país ser quase que campeão mundial em má distribuição da renda? Não há mistério. E, obviamente, a responsabilidade não é do setor produtivo, porque o setor produtivo é aquele que não gera só emprego, gera renda e distribui a renda; produz aquilo que tem que ser consumido, porque nós vivemos numa sociedade de consumo. E para que haja o consumo, os salários também têm que ser mais bem distribuídos. E eu não tenho

⁹ As gramáticas sociais identificadas se referem somente aos discursos empiricamente observados. Nesse sentido, não significa que existem somente as três gramáticas sociais exploradas, visto que outras gramáticas sociais que lançam luz sobre a estrutura produtiva podem existir, como gramáticas que legitimam discursos sobre a indústria de uma formação social ser totalmente nacionalizada.

dúvida, mas nenhuma, de que, paralelamente à necessidade do lucro para compensar o investimento ou para o reinvestimento, existe no setor industrial a preocupação com a distribuição da renda para que os produtos produzidos venham a ser consumidos.

Na análise do discurso, não se analisa somente o explícito, mas também aquilo que se encontra ausente. A ênfase na sociedade de consumo esconde uma lógica causal de que uma sociedade precisa produzir – ou importar – seus bens para consumi-los. A estrutura produtiva cumpre um papel de guarnecer as necessidades de uma sociedade de consumo. Há o componente social da retribuição à sociedade. Organiza-se e se desenvolve a estrutura produtiva de modo a ela contribuir com o bem-estar de uma sociedade. A gramática social da “produção”, ao ressaltar o papel da indústria em produzir e aumentar a quantidade de produtos, fortalece a noção de “consumo” – vinculada às ideias de sociedade de consumo e de uma “grande classe média” que consome – e a justificação de que o aumento da produção, da produtividade e da inovação auxilia na geração de empregos, aumentando a remuneração média nacional conforme os discursos contidos na gramática – e que refletem parte dos discursos de economistas como Reinert (2016). Durante uma sessão ocorrida no plenário do Congresso Nacional em 2023, um parlamentar do PT argumentou que o emprego industrial ostentava “maior qualidade e maior remuneração média”:

Aperfeiçoamento esse que há de induzir o setor secundário da economia, o setor industrial, a investir no aumento da produção, na melhoria da produtividade e na busca da inovação. Tudo isso irá resultar no aumento do tipo de emprego que ostenta maior qualidade e maior remuneração média, que sabemos ser o emprego industrial.

As críticas giram em torno da ausência de um projeto nacional que consiga desenvolver a indústria brasileira de modo a transformar a posição ocupada pela formação social dentro de uma cadeia de produção global. Os discursos críticos demonstram uma longa linhagem – associando-se, por exemplo, com ideias desenvolvimentistas e a política da industrialização por substituição de importações, considerando a disciplina da economia – localizadas aproximadamente na década de 1930 no Brasil com os discursos sobre a modernização da força de trabalho e a industrialização mediante esforços estatais centralizadores, como foi o caso dos governos de Getúlio Vargas. Entretanto, essas críticas sofreram metamorfoses de modo a acompanhar os processos sociohistóricos brasileiros. As discussões acadêmicas de economistas associados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao longo das décadas de 1950 e 1960, disseminaram-

se em determinadas esferas sociais¹⁰, transitando para os debates públicos e se inserindo nos discursos parlamentares no Congresso Nacional brasileiro¹¹. No discurso de um parlamentar do PT, o conceito de “indústria” operou através de uma associação entre a industrialização lulista e a industrialização getulista. O locutor denominou a ascensão histórica de Getúlio Vargas e o Estado Novo de 1930 como “Revolução de 1930”:

Nada mais emblemático, eu diria, portanto, do que a organização máxima da indústria brasileira em nível nacional, que é a CNI, ter tido seu nascedouro imediatamente após a Revolução de 1930. Eu recordo esse marco histórico tão importante porque o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem a intenção de fazer história no que diz respeito à reindustrialização do País — repito: fazer história no que diz respeito à reindustrialização do País.

A lógica da gramática social da “produção”, considerando suas críticas, justificações e conceitos, demonstra-se parcialmente antagônica a outros tipos de gramáticas que legitimam a produção concentrada na exportação, como é o caso do cenário do agronegócio brasileiro. As visões sobre a estrutura produtiva brasileira são heterogêneas. A heterogeneidade dessas visões demanda distintas formas para criticar e justificar. Nesse sentido, torna-se importante compreender que as gramáticas são, resumidamente, conjuntos discursivos articulados de críticas, justificações e conceitos que legitimam visões de mundo, mas não podem ser reduzidas às visões de mundo em si, às crenças dos agentes ou suas estruturas cognitivas – um recorte teórico de interesse das teorias do sujeito na teoria sociológica e na teoria social.

10 Conforme Rego e Junior (2017) recordam, a CEPAL auxiliou na elaboração de um pensamento estratégico desenvolvimentista que unia a organização com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse processo, a instituição atuou na formação de administradores e na geração de teorias desenvolvimentistas desenhadas para o contexto econômico brasileiro. Essa dupla função possibilita conceber a circulação de ideias econômicas para além da disciplina da Economia.

11 Considerando essa hipótese como plausível – ainda que sua verificação seja necessária em uma pesquisa futura – Love (2011) argumenta que a industrialização na América Latina surgiu como uma resposta à questão do subdesenvolvimento econômico. Em virtude da insuficiência dos governos latino-americanos em instalar definitivamente um processo de industrialização robusto frente ao crescimento populacional, novas teorias econômicas nasceram para responder a esse recorrente problema, como a teoria da dependência pós-1960.

As justificações identificadas foram categorizadas em quatro tipos: a) de consumo; b) elaboração de políticas; c) produção e inovação; e d) qualidade do emprego¹². As justificações de consumo compreendem que a estrutura produtiva deve responder às demandas de uma sociedade de consumo, portanto a própria elaboração das políticas industriais deve também atender à população de uma dada formação social. As justificações de produção e inovação procuram legitimar a ideia de que a melhoria da produtividade e a busca por inovação favorecem o aumento da produção industrial e a abertura de postos de trabalho na estrutura produtiva. Por fim, a abertura de novos postos de trabalho estimula o aumento da remuneração média a nível nacional e, portanto, a melhoria no bem-estar da sociedade e na qualidade de vida da sua população.

Os discursos associados à gramática da “produção” foram mobilizados por parlamentares – deputados e senadores – vinculados ao PT, PDT e PSB, assim como à organização CEPAL – quando consideradas certas características desenvolvimentistas históricas observadas nos discursos. Ainda que não sejam observações definitivas sobre esse tópico em particular, as gramáticas são operacionalizadas – para além das dimensões histórica e discursiva – também pela via coletiva, especificamente por meio do componente da identidade. Os discursos apresentam vínculos sociais externos aos momentos da interação, demonstrando um largo percurso semântico que aproxima coletividades distintas.

Os conceitos observados e categorizados abrangem um conjunto de significações específico. Os discursos designam a função do Estado como responsável pela elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento, qualificação da força de trabalho industrial em parceria com a iniciativa privada, legislação do desenvolvimento social, geração de emprego e indução via incentivos tributários e por garantir o poder de compra da classe trabalhadora. Nessa gramática, por um lado, um Estado “bom” organiza e atribui papéis a determinados setores da economia, realiza investimentos públicos a partir de bancos nacionalizados e fortifica agências reguladoras do trabalho industrial e da estrutura produtiva. Por outro lado, um Estado “ruim” se encontra recorrentemente dependente da iniciativa privada e apresenta um elevado aparato burocrático que emperra o investimento público ou privado. A gramática contém um conceito de Estado atuante, organizador e próximo da estrutura produtiva. A responsabilidade atribuída ao Estado é identificada nos

12 As justificações não correspondem quantitativamente às generalizações com base em amostras estatísticas, porém são consideradas sob o quadro interpretativo e analítico das variações observadas, categorizadas e classificadas.

conceitos moralizados demonstra um vínculo com as críticas e as justificações das gramáticas. O Estado como garantidor do poder de compra da classe trabalhadora aponta para a justificação do consumo, onde a estrutura produtiva opera para garantir produtos a uma sociedade do consumo.

O mercado “bom”, considerado na gramática, contribui para o bem-estar da sociedade através de uma configuração que promove redistribuição de renda, qualifica o trabalhador (por meio do Sistema S), fundamenta-se no compromisso social da relação capital-trabalho, opera dentro do marco estritamente democrático, desenvolve justiça tributária e apresenta alocação eficiente dos recursos produtivos. Segundo um parlamentar do PSB:

A verdade é que é preciso que se entenda – e particularmente o Ministro da Fazenda tem que entender isto – que o Sistema S está acima de questões ideológicas, está acima de questões partidárias, porque é um patrimônio do povo. Se ele é importante para os empresários por gerar uma mão de obra qualificada, ele é importante para o trabalhador, porque é a oportunidade de formar os seus filhos, uma oportunidade de ter uma vida digna.

Em contrapartida, a gramática deslegitima o “mercado” quando esse se apresenta desregulamentado e refratário à hipossuficiência da classe trabalhadora quando dentro da relação capital-trabalho.

A função da indústria se direciona à geração de emprego de qualidade, de renda e de produção das necessidades de uma sociedade de consumo. Desse modo, a indústria é considerada positiva quando desenvolve um compromisso social com a economia nacional e com a distribuição de renda. De modo geral, a gramática produz críticas e justificações que legitimam o compromisso entre a estrutura produtiva e o Estado Democrático de Direito

3. COMPETIÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Se a gramática social da “produção” contém um conjunto de críticas e justificações que legitima a relação entre uma estrutura produtiva e uma sociedade de consumo, a gramática da “competição” apresenta um conjunto direcionado à legitimação da diminuição dos custos de produção – que envolvem desde o maquinário, passando pela tributação até chegar à força de trabalho – como solução para o aumento da competição das empresas. Se a gramática da “produção” enfatiza o compromisso social, a gramática da “competição”

prioriza o compromisso mercantil. Esse compromisso designa uma relação centrada na liberdade econômica e na “livre” negociação entre trabalhadores e empresas. Entretanto, a gramática da “competição” demonstra um conteúdo discursivo contraditório em si. O papel do Estado se revela ambíguo: deve garantir um ambiente de negócios livre e autônomo e segurança jurídica, mas conceder proteção tarifária e estímulos setoriais na estrutura produtiva. Conforme um parlamentar representante do partido Cidadania, em 2023:

Não há como avançar na competitividade do país, na produtividade do país se nós não tivermos um grande choque na infraestrutura e na logística nacional. É por isso que nós defendemos que as debêntures de infraestrutura, as concessões e PPPs sejam fortalecidas e ampliadas. É por isso que nós defendemos o fortalecimento das agências reguladoras, para mencionar, além de outros projetos, aquilo que dá um sentido de retomada da infraestrutura nacional.

Apesar dos discursos neoliberais da década de 1990 ressaltarem a diminuição das tarefas do Estado na economia nacional – o que contemporaneamente se denomina de “Estado mínimo”, ainda que sob marcos interpretativos transformados – e as críticas às agências reguladoras, há a disputa política pelo destino dos recursos disponibilizados pelo Estado.

As críticas na gramática se disseminam em quatro tipos: a) a ausência de competitividade das empresas nacionais; b) uma burocracia que interfere nos investimentos privados e públicos; c) um sistema financeiro com elevada taxa de juros; d) um sistema tributário complexo e oneroso às empresas, o que também desestimula o investimento e as exportações da indústria.

Identificaram-se quatro tipos de justificações na gramática: a) a justificação da segurança jurídica, onde o Estado deve garanti-la, pois a segurança garante condições de igualdade para as empresas competirem entre si; b) a justificação da produtividade, pois estimulá-la garante o fortalecimento de um dos principais motores do desenvolvimento econômico; c) a justificação da redução do custo para alavancar a competitividade internacional das empresas; e d) a justificação da própria competitividade, pois essa aumenta o valor agregado dos produtos e é o principal elemento que determina o sucesso ou fracasso de uma indústria.

Os grupos sociais que mobilizam a gramática estão associados às classes patronais industriais, como a CNI, e com os partidos políticos PRB, DEM, PSDB, PR, PP, Republicanos e Cidadania, cujos locutores discursaram nas sessões analisadas e adotaram,

em sua maioria, um posicionamento que legitima o papel do Estado como significativo no desenvolvimento de uma estrutura produtiva robusta. Nesse sentido, a relação política histórica desses grupos sociais na composição de coalizões governamentais reflete a importância que esse conjunto concede ao Estado no desenvolvimento econômico.

A função do Estado na gramática o qualifica como garantidor da segurança jurídica, responsável pela qualificação do trabalhador em parceria com a iniciativa privada, comprometido com a construção de acordos internacionais que beneficiem a estrutura produtiva nacional e concessor de subsídios e proteções tarifárias a setores específicos da indústria, como o setor de energia. De acordo com um parlamentar do Partido Progressista (PP) em um discurso no plenário do Congresso Nacional em 2023:

Ninguém sabe quanto custa, mas nós sabemos que custa muito. Sabemos que 80% desse Custo Brasil são representados pelo sistema tributário brasileiro. Então, nós precisamos mudar. É chegada a hora de mudar. Eu quero conclamar todas as senhoras e todos os senhores que estão neste plenário para, juntos, mudarmos o Brasil, com uma reforma tributária que seja justa, simples e transparente e que traga segurança jurídica para o nosso país.

O Estado “bom” fomenta investimentos na indústria, respeita o teto de gastos, participa pouco ou de nenhuma forma na exploração de energia (o pré-sal em específico), apresenta eficiência no gasto dos seus recursos, explora PPPs, realiza incentivos fiscais, demonstra previsibilidade e racionalidade aos processos de licitação e organiza e regulamenta os mercados de créditos, como o de carbono.

A gramática social da “competição” apresenta uma visão conceitual robusta da função da estrutura produtiva em um país. Considerando os discursos analisados, define-se a indústria como a principal força que gira a engrenagem econômica. Os locutores argumentam que a indústria gera uma cadeia de serviços ao seu redor¹³, produz os principais insumos e equipamentos para os outros setores da economia serem mais produtivos, apoia as comunidades locais e traz riqueza e bem-estar à população. Nesse contexto, o desenvolvimento social é um resultado do desenvolvimento econômico, sendo o emprego o “melhor programa social” de acordo com o discurso do parlamentar do PRB:

13 O argumento de que a estrutura produtiva dinamiza a economia a sua volta aponta para um raciocínio neoliberal da década de 1990 no contexto das guerras fiscais, onde o lobby empresarial compreendia que a inserção de multinacionais alavancaria economias regionais.

A Agenda Legislativa da Indústria tem a função de nos lembrar quem produz, quem inova, quem agrega valor aos produtos primários, quem gera emprego de melhor qualidade neste país. Não são os governos que geram emprego; é o setor produtivo que gera emprego. E emprego é o melhor programa social.

No cenário da relação entre a estrutura produtiva e o sistema tributário, um dos representantes da CNI entende a reforma tributária como essencial para realizar a Agenda Legislativa da Indústria:

A principal prioridade da indústria e do Brasil é a reforma tributária. A simplificação e a modernização do sistema de arrecadação de impostos são imprescindíveis para estimular os investimentos e a produção, e para garantir a reindustrialização do País. Devido à complexidade e à amplitude do tema, consideramos adequada a estratégia de dividir a reforma tributária em duas etapas, começando pela reestruturação dos impostos incidentes sobre o consumo e prosseguindo com a tributação sobre a renda.

A reforma tributária aparece como sinônimo de simplificação, modernização, investimentos, produção e reindustrialização. De imediato, a reforma simplificaria e modernizaria o sistema tributário, favorecendo, dentro dessa ótica, os investimentos, a produção e a consequente reindustrialização da economia brasileira.

Um discurso do parlamentar do partido Cidadania aponta ao “espírito” contemporâneo dos seus aliados, onde se observa um recuo dos princípios neoliberais da década de 1990. Especificamente, o locutor reforça o papel das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e do fortalecimento das agências reguladoras, uma constatação oposta ao que se observou, por exemplo, no governo de Collor. Conforme Filho (2007) recorda, naquele governo ocorreu o desmantelamento das agências reguladoras no sistema portuário e a entrega deste à iniciativa privada.

Há um sentido de “modernização” que se inscreve na adaptação da legislação industrial brasileira aos critérios industriais internacionais. No discurso de um parlamentar do DEM em 2019, o locutor discursa sobre a agenda legislativa da indústria daquele ano e propõe a adaptação da legislação industrial brasileira sobre marcas de produtos aos padrões do Protocolo de Madri, o qual representa cerca de 80% do comércio mundial.

No discurso do representante da CNI¹⁴ em 2019, o locutor usa o exemplo do Brasil como um navio onde os três poderes da república são a tripulação do navio, enquanto a população brasileira são os “passageiros”:

Recentemente, muitos acompanharam o drama de um navio de passageiros à deriva na costa da Noruega. Permitam-me utilizar essa imagem para o transatlântico Brasil. É dever dos tripulantes, que são os três Poderes da República, e dos passageiros, a população brasileira, trabalhar com método, cooperação, negociação e articulação para que o nosso navio faça os ajustes necessários e alcance o porto seguro de uma economia capaz de gerar empregos e oportunidades para todos.

Implicitamente, o discurso atribui à população o caráter de passividade do passageiro, visto que esse, na metáfora, não participa da condução do navio. Ocorre a negação da capacidade de influência e de ação da sociedade civil. Essa metáfora expressa a visão de uma classe industrial que entende o Estado como responsável pela elaboração e condução de projetos nacionais.

A gramática social da “produção” e da “competição” apresenta uma relação histórica com o desenvolvimentismo operado na indústria brasileira na década de 1960, pois ambas concedem um papel significativo às ações do Estado. Costa e Neto (2021) argumentam que o conceito de “desenvolvimentismo” estava em disputa naquela década a partir de dois projetos nacionais. Por meio da lente das gramáticas sociais, propõe-se a hipótese de que a gramática da “produção” e da “competição” se apresentavam como soluções para legitimar visões de mundo antagônicas e existentes no debate público, quais sejam, especificamente, uma visão alicerçada no compromisso social da estrutura produtiva com a sociedade brasileira e outra orientada pelo compromisso mercantil da indústria.

A Agenda Legislativa da Indústria surge nos discursos como uma “baliza” à legislação. O termo “baliza” designa, principalmente, a ideia de “limite”. A palavra também significa uma estaca que avisa aos navegadores e aos navios sobre perigos no mar ou rochas submersas. Reduzir as políticas industriais somente à Agenda Legislativa da Indústria – produzida pela discussão entre os setores patronais associados à estrutura produtiva – retira

14 Sobre os grupos sociais pertencentes (dentro da dimensão coletiva) afirma-se que internamente aos grupos sociais podem existir gramáticas sociais ou domínios de sentidos distintos. A CNI é um dos grupos sociais que mobilizam a gramática social da “competição”, porém isso não significa que o setor industrial patronal seja, como um todo, composto por associações patronais que compartilhem da mesma gramática social. Nesse sentido, novas pesquisas são necessárias para consolidar ou repensar uma possível segmentação de sentidos patronais sobre a estrutura produtiva brasileira.

a participação da classe trabalhadora industrial do processo, caracterizando-se como um documento patronal que produz soluções políticas unilaterais.

4. AUTORREGULAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

A gramática social da “autorregulação” ganhou seu espaço no debate público ao longo da década de 1990 em paralelo ao discurso neoliberal. Sobretudo, a gramática não pode ser reduzida a esse discurso, apesar de demonstrar certos pontos em comum. A questão central, nesse caso, é que a genealogia do seu desenvolvimento semântico incorporou referências para além do neoliberalismo. Os discursos de extrema-direita no cenário político brasileiro contemporâneo auxiliaram na solidificação de um conceito de Estado “mínimo” inscrito na gramática. O neoliberalismo brasileiro manifestou-se intensamente durante a década de 1990, por meio das privatizações, da desregulamentação do mercado de trabalho, abertura comercial e do achatamento das empresas nacionais e da estrutura produtiva. Porém, seus efeitos ainda persistem na formação social brasileira contemporânea, mas sob uma roupagem distinta que inclui novas significações e símbolos políticos. Parte desses desenvolvimentos pode ser apreendida por meio da gramática social da “autorregulação”.

As críticas da gramática se direcionam unicamente ao Estado, sendo tipificadas em três: a) ao Estado, assumido de maneira abrangente e genérica; b) aos órgãos de controle e punição do Estado, como os Tribunais de Justiça; e c) ao sistema tributário. As críticas definem o Estado como punitivo em demasia, principalmente aos empresários e, secundariamente, às empresas. Há, nesse sentido, uma personificação das empresas na imagem dos empresários. Os órgãos de controle perseguem os empresários e os tratam, conforme os discursos, como “bandidos”, de acordo com um parlamentar do DEM:

E, por último, outro ponto que eu gostaria de destacar: na história moderna do Brasil, em que se combatem malfeitos, em que se aprimoram os sistemas de controles, que tenhamos muito cuidado para não criminalizar a atividade produtiva no nosso país. Empresário não é bandido (...). Então, essa lógica de permitir que as pessoas trabalhem, que possam se desenvolver, que possam desenvolver seus negócios sem que sejam taxadas pelos órgãos de controle, pelos órgãos de fiscalização, pelos órgãos de perseguição criminal como se bandidos fossem, porque bandidos não são.

As críticas também pontuam que os empresários não podem ficar “à mercê” da interpretação dos juízes. Os discursos compreendem o sistema tributário como elevado e

ineficiente. As críticas, de modo genérico, atribuem a responsabilidade ao Estado quando os empreendimentos, empregos e investimentos deixam de ser gerados, sendo esses bloqueados em virtude da ineficiência e ausência de agilidade do Estado para responder ao que o “mercado” demanda. Adicionalmente, os discursos afirmam que o Estado não sabe gerir seus recursos e que, se os legisladores e executores tivessem experiência como empresários, a ineficiência atribuída diminuiria, segundo um senador do PSDB:

Eu disse aqui por diversas vezes: eu acho que todo aquele que regulamenta, que vota, que tem o poder de decisão deveria ser empresário, pelo menos, por um ano de experiência, para saber o que é pegar o seu recurso, colocar em risco o seu recurso e saber que tem de pagar o salário no quinto dia útil. Só quem paga o salário no quinto dia útil sabe o quanto é difícil, o quanto é preocupante e desgastante. As pessoas perdem o sono hoje para pagar os salários em dia, para gerar emprego, para pagar os impostos em dia.

A gramática da “autorregulação” se concentra principalmente na produção discursiva de críticas ao Estado, demonstrando um conjunto restrito de justificações sobre os próprios posicionamentos. Porém, identificaram-se três justificações principais: a) a justificação da eficiência, onde o Estado deve ser “menor” para ser mais eficiente; b) a justificação da desregulamentação, onde desregulamentar assume o significado de “simplificar” – embora, nos discursos, não fique claro o que deve ser simplificado e o que é algo “simples” –; e c) a justificação social, onde se entende o emprego como o melhor programa social (de modo semelhante à justificação presente na gramática social da “competição”). Entretanto, nos discursos não se debate qual seria a qualidade dos empregos ou qual o papel da precarização do trabalho na qualidade dos empregos gerados.

As críticas e as justificações possuem, como pano de fundo, conceitos específicos de Estado e mercado. A função do Estado é qualificar a mão de obra e garantir a segurança jurídica, a isonomia de regras para atuação das empresas e o direito de propriedade para quem cria e produz – sendo, nesse caso, os empresários e as empresas, pois a classe trabalhadora enquanto componente da produção é excluída no discurso. Nessa conceituação moral do Estado, o Estado “bom” é aquele que é eficiente, simples e produtivo em virtude de apresentar uma burocracia mínima à atuação das empresas. Segundo um parlamentar do partido Novo:

E, na hora que eu vejo a CNI, com essa mobilização, encampar essa pauta, Paulo, eu me sinto ainda mais animado e inspirado a trabalhar duro aqui para melhorar o ambiente de negócios do Brasil. O Brasil tem

que ser um lugar mais fácil, mais simples, com menos imposto, menos burocracia, um governo que faz o que é essencial e que cuida do que é essencial para a população e deixa o povo trabalhar, deixa o empreendedor gerar emprego. É para isso que a gente vai estar aqui no Congresso Nacional.

Nesse modelo moral, a burocracia não inibe a iniciativa empresarial, sendo o Estado um agente que responde rapidamente à demanda do mercado (como no licenciamento ambiental, na regulamentação de investimento ou nas licitações para obras de engenharia civil diversas). Esse mesmo Estado realiza concessões públicas, PPPs e privatizações e não interfere nas relações trabalhistas. O Estado garantiria um “bom” ambiente de negócios sem interferir e auxiliaria as empresas a serem competitivas. Por sua vez, a gramática define o Estado “ruim” quando ele centraliza seus recursos, onera as empresas, concentra o crédito, afasta-se dos interesses da indústria, interfere na inovação produtiva, determina o que será produzido e inibe a produtividade através da burocracia.

A função do “mercado”, na gramática, adquire características pós-modernas próximas daquilo que Freitag (1986, 2007) definiu como o processo histórico no qual o espaço social – seja o Estado ou a indústria – é submetido a uma lógica formal e impessoal da economia de mercado, dos desenvolvimentos tecnológicos e dos meios de comunicação e informação. Nesse sentido, a função do “mercado” é se autorregular, autofiscalizar, balizar as iniciativas legislativas do Estado – e não o contrário – e criar, construir e gerar autonomamente suas diretrizes. Comparado às outras gramáticas, a gramática da “autorregulação” apresenta uma ênfase radicalizada nas funções do “mercado” dentro de uma formação social. O mercado “bom” é compreendido como: a) possuindo iniciativa privada “eficiente”; b) autônomo nas relações trabalhistas; c) autônomo na geração de emprego e renda; d) atrativo para investimentos; e) produtivo; f) inovador, pois é a inovação que gera crescimento econômico. Em contrapartida, o mercado “ruim” é observado quando esse se encontra regulado pelo Estado, economicamente fechado (*e.g.* nacionalizado e não inserido na cadeia internacional) e quando não consegue se adaptar às mudanças tecnológicas internacionais, como no cenário de baixa qualificação frente às mudanças proporcionadas pela Indústria 4.0. Os principais grupos sociais que apoiam essa visão de mercado, encontrados durante a pesquisa, foram os partidos políticos DEM, NOVO, PP e PL.

Os conjuntos de críticas e de justificações, junto das conceituações de Estado e de mercado, permitem compreender que a gramática social da “autorregulação” concebe o Estado e o destino dos seus recursos como somente direcionado às empresas e ao

“mercado”, assumido de modo genérico. Nesse sentido, o compromisso social do Estado se torna secundário – se não inexistente. Um parlamentar do partido político Republicanos coloca implicitamente no seu discurso o Estado e os ganhos sociais como antagonistas. A relação oposta sublinha a forma como a gramática social da “autorregulação” coloca como antagonistas dois elementos que aparecem como aliados no discurso de outras gramáticas, como a gramática social da “produção” e no discurso neodesenvolvimentista. Especificamente, o parlamentar afirma que a atividade industrial em si traz ganhos sociais, mas é o sistema tributário – ou seja, o sistema organizado e estruturado pelo Estado – que gera grandes entraves à própria atividade industrial. O trecho destacado, a seguir, ilustra a situação:

(...) a indústria brasileira enfrenta grandes dificuldades no nosso país. Não é exagero dizer que manter uma fábrica no Brasil é um trabalho quase heroico. Se não bastassem os competidores externos, que não raro usam de concorrência desleal, existem os entraves internos. A carga tributária é, sem dúvida, uma das maiores ameaças. A tributação brasileira é alta e ineficiente, bem sabemos.

O discurso de um parlamentar do DEM resgata a antiga ideia do desenvolvimento econômico vir antes de todos os outros tipos de desenvolvimento, como o desenvolvimento social, conforme a passagem:

Fiz porque eu tenho uma premissa comigo, que é uma premissa que eu carrego, que eu transmito, que eu digo até em faculdades de Direito, nas palestras que faço a respeito de temas diversos e alheios ao que aqui nós estamos tratando: que aquilo que nós defendemos na OAB, por exemplo, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento social, de preservação de direitos fundamentais, de direitos sociais da Constituição Federal, tudo isso só é propiciado – o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social – se houver desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico é pressuposto desse desenvolvimento de um país e das pessoas que vivem nesse país. E desenvolvimento econômico se faz com a consideração, com a valorização, com o respeito, com o ouvir daqueles que produzem no nosso País. São vocês que contribuem, no dia a dia da missão que Deus os outorgou de empreender, de gerar emprego, de gerar renda, de desenvolver, com essa missão de força motriz do desenvolvimento de uma nação.

Essa premissa econômica encontra uma associação histórica com figuras públicas como o ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Neto em meados da década de 1970,

período no qual os representantes do governo afirmavam que inicialmente se cresce o bolo (a economia brasileira) para depois dividi-lo (com a população).

Na gramática social da “autorregulação”, o Estado “eficiente” apresenta uma burocracia “simplificada”. Entende-se que a noção de “eficiência” não tem seu significado universal, pois a eficiência para outra gramática significa algo totalmente distinto por se encontrar inserida em um contexto discursivo alternativo. A questão observada é que o Estado “eficiente”, discursivamente, não aparece como o Estado que produz resultados notórios com poucos recursos, e sim o Estado distante da economia industrial, isto é, um Estado que não regula e não intervém na dinâmica de agentes econômicos supostamente livres.

Com base no objeto de estudo considerado, ocorre um entrave entre duas gramáticas: a gramática social da “competição” e a gramática social da “produção”, com a gramática social da “autorregulação” ocupando uma presença discursiva menor que as outras duas, considerando o contexto político de 2019. Adicionalmente, o recorte da estrutura produtiva brasileira em si disponibiliza um espaço de conflito histórico que recentemente começou a incluir a gramática social da “autorregulação”. Então, torna-se importante sinalizar como, paulatinamente, essa gramática começa a se manifestar num tópico historicamente refratário na formação social brasileira, visto que historicamente o papel do Estado no desenvolvimento da estrutura produtiva apresenta um peso significativo e suas ações são ora legitimadas pela gramática da “produção”, ora pela gramática da “competição”. A própria gramática da “competição”, com atuação significativa na década de 1990, cedeu parte da sua presença discursiva no espaço público para a gramática da “autorregulação”. Destaca-se que o tópico público da taxa de juros - se está elevada ou não - aparece com frequência nos discursos suportados pela gramática social da “competição”, porém não se manifesta nos discursos apoiados pela da “autorregulação”. O crescimento da presença dessa última gramática no debate público sinaliza uma correspondência com os processos de financeirização da economia brasileira e de possível, ainda que em discussão, lembrando a proposta de Nassif (2008), desindustrialização na década de 1990 em diante. Os processos de transformação materiais e simbólicos geram espaços discursivos e necessitam de apoios normativos para legitimar a si próprios. Desse modo, os agentes, grupos sociais e instituições interessados no processo de financeirização da economia brasileira necessitam de repertórios de crítica e de justificação - as gramáticas - para legitimar seus próprios interesses e deslegitimar visões contrárias.

CONCLUSÃO

A importância da identificação das gramáticas e sua manifestação na prática discursiva da esfera legislativa reside na compreensão de que as visões de mundo contrárias presentes no espaço público necessitam de modos para legitimar a si próprias e deslegitimar visões distintas. Aplicar a força material dos agentes, grupos sociais e das instituições não é o suficiente para alcançar, a longo prazo, os interesses dispostos, sendo necessário também legitimar seus interesses, através de gramáticas, no debate público. Portanto, afirma-se que a dimensão material e a dimensão simbólica da vida social encontram-se articuladas, restando aos agentes, grupos sociais e instituições encontrar modos de legitimar seus interesses e suas visões de mundo.

Como as gramáticas sociais se manifestam na esfera política formal no objeto de estudo analisado, os próprios discursos se direcionam ao papel do Estado e sua relação com a indústria. O “Estado”, enquanto conceito moralizado, define-se de modo distinto de acordo com a gramática considerada. O Estado é regulador e indutor na gramática da “produção”, protetor na gramática da “competição” e ausente na gramática da “autorregulação”. Argumenta-se que existe uma tensão histórica entre a gramática da “produção” e a gramática da “competição”. A terceira gramática identificada ganhou espaço no debate da esfera pública a partir da década de 1990, paralelamente ao aumento da influência dos discursos neoliberais, mas sofreu metamorfoses na última década.

Uma questão importante ao mundo do trabalho refere-se à legislação trabalhista. Observou-se que a questão não surge nos discursos favoráveis às classes patronais (seja de parlamentares, seja de representantes do setor industrial e patronal). Na dimensão das reformas, a reforma tributária é considerada mais urgente pelos parlamentares em 2019 e 2023. Isso é um ponto de diferença com os discursos patronais e industriais de 2003. Em 2003, sublinhava-se o “engessamento” da legislação trabalhista, exigindo-se a flexibilização das relações contratuais na indústria. Naquele período, o objetivo da classe patronal do segmento industrial era se recuperar das suas perdas econômicas na década anterior, em virtude do contexto da guerra fiscal entre as federações. Desse modo, a dimensão contextual da produção dos discursos e do debate público exerce um papel na modulação do discurso patronal. No cenário pós-reforma trabalhista de 2017, torna-se pouco razoável a esse conjunto de agentes insistir na alteração da legislação trabalhista, visto que a própria se aproxima das suas visões de mundo. Isso mostra que os agentes se orientam pelos próprios resultados políticos, sendo adaptáveis às circunstâncias que encontram. Se em

2017 a ênfase residia na alteração da legislação trabalhista, a partir de 2019 as classes patronais direcionaram-se ao lobby que alterasse o sistema tributário brasileiro. Desse modo, parte dos discursos se direcionou à tributação nos setores da estrutura produtiva.

A elaboração das gramáticas sociais é histórica, coletiva e interacional. A mobilização das gramáticas não pode ser reduzida ao pertencimento partidário, pois os membros dos mesmos partidos políticos mobilizam gramáticas distintas, como é o caso do partido político DEM, cujos membros mobilizam simultaneamente a gramática social da “autorregulação” e a gramática social da “competição”. Algumas aproximações entre partidos e gramática se tornam plausíveis em virtude da recorrência empírica, porém não se pode reduzir uma à outra. Nesse sentido, tem-se como um achado a impossibilidade de um vínculo restrito entre um partido político e uma gramática social – isto é, um repertório de críticas e justificações – que seja historicamente invariável. Também não se argumenta a favor de uma incorporação das gramáticas, como uma espécie de segunda “natureza” cognitiva e moral dos agentes, ainda que as gramáticas sejam constituídas e atravessadas pela moralidade de uma determinada formação social e pela própria da estrutura cognitiva dos agentes.

Dentro dos partidos políticos comumente considerados no espectro ideológico da direita brasileira, há uma cisão moral sobre a relação entre indústria e Estado. Ocorre uma certa polarização de visões no debate legislativo (situação/oposição, por exemplo). A constatação aponta para uma heterogeneidade e cisão dentro desse espectro – afastando uma caricatura que homogeniza discursos considerados de direita. A identificação de somente uma gramática social operante nos discursos dos partidos políticos considerados de esquerda não exclui a possibilidade de manifestação de outras gramáticas que possam ser eventualmente associadas ao mesmo espectro de posicionamento político.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS ANALISADAS

CONGRESSO NACIONAL. 4ª Sessão (Sessão não deliberativa solene (semipresencial)) em 28 de março de 2023. 2023. Notas taquigráficas. **Congresso Nacional** (Site Oficial), Brasília, DF. 2023. Acesso em: 28 de jun. de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/escriva/escriva.asp?codSileg=67404>

SENADO FEDERAL. Ata da 2ª Sessão, Solene, do Congresso Nacional, em 2 de abril de 2019. 2019. Notas taquigráficas. **Senado Federal** (Site oficial), Brasília, DF. 2019. Acesso em: 28 de jun. de 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/100480?sequencia=8>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo. (2000). Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova*. São Paulo: USP. V. s/i, n. 50, p. 25-46.
- BENSON, Jonathan. (2019). Deliberative democracy and the problem of tacit knowledge. *Politics, Philosophy & Economics*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 18, n. 1, p. 76-97.
- BLOK, Anders. (2013). Pragmatic sociology as political ecology: on the many worths of nature(s). *European Journal of Social Theory*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 16, n. 4, p. 492-510.
- BLOKKER, Paul. (2011). Pragmatic sociology: theoretical evolvement and empirical application. *European Journal of Social Theory*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 14, n. 3, p. 251-261.
- BOLTANSKI, Luc. (2009). *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc. (2000). *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (1999). The Sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 2, n. 3, p. 359-377.
- BOLTANSKI, Luc. (2006). *On justification: economies of worth*. Princeton: Princeton University Press.
- BOITO, Armando. (2018). *Reforma política e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: UNESP.
- BRESSER-PEREIRA, Luis. (2017). As duas formas de capitalismo: desenvolvimentista e liberal econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*. São Paulo: Centro de Economia Política. V. 37, n. 4, p. 680-703.
- BURNS, Thomas; LEMOYNE, Terri. (2007). Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no discurso político. *Ambiente & Sociedade*. Campinas: ANPPAS. V. 10, n. 2, p. 61-82.
- CEFAÏ, Daniel. (2009). Comment se mobilise-t-on? *Sociologie et sociétés*. Montreal: Érudit. V. 41, n. 2, p. 245-269.
- COHEN, Joshua. (2003). Deliberation and democracy legitimacy. In: MATRAVERS, Derek; PIKE, Jon (Orgs.), *Debates in contemporary political philosophy: an anthology*. Nova Iorque: Routledge.
- COSTA, Jean; NETO, Mário. (2021). Em busca do consenso empresarial: a crise do desenvolvimentismo nas páginas da revista Vida Industrial. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo: ABPHE. V. 24, n. 2, p. 429-462.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- DOLNÝ, Branislav. (2011). Possible application of deliberative democracy in parliament. *Human Affairs*. Berlim: De Gruyter. V. 21, n. 4, p. 422-436.

- ELSTER, Jon. (2010). Décisions individuelles et décisions collectives. *Social Science Information*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 49, n. 1, p. 11-28.
- FARIA, Cláudia. (2000). Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova*. São Paulo: USP. V. s/i, n. 49, p. 47-68.
- FILHO, Alcides. (2007). Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP. V. 10, n. 3 (31), p. 455-489.
- FREITAG, Michel. (2007). Five Answers. *European Journal of Social Theory*. Nova Iorque: SAGE Publications; V. 10, n. 2, p. 261-276.
- FREITAG, Michel. (1986). *Dialectique et société: introduction à une théorie générale du Symbolique*. vol. 1. Montreal: Editions Saint-Martin.
- GARDIN, Bernard. (1976). Discours patronal et discours syndical. *Langages*. Paris: Armand Colin. V. 10, n. 41, p. 13-46.
- HABERMAS, Jürgen. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HARVEY, David. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- HOLDEN, Meg; SCERRI, Andy. (2015). Justification, compromise and test: developing a pragmatic sociology of critique to understand the outcomes of urban redevelopment. *Planning Theory*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 14, n. 4, p. 360-383.
- LEMIEUX, Cyril. (2009). *Le devoir et la grâce. Pour une analyse grammaticale de l'action*, Paris: Economica.
- LOVE, Joseph. (2011). Ideias e ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-1990. In: BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina: América Latina Colonial*, vol. 8. São Paulo: EDUSP, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- KATZ, Claudio. (2016). *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão popular/ Perseu Abramo.
- KAUFMANN, Laurence. (2012). Agir en règle: Le pari gramatical de la sociologie pragmatique a l'épreuve de la critique. *Raison publique*. Paris: Éditions Raison publique. V. 16, n. s/i, p. 227-263.
- KREPPEL, Amie; HIX, Simon. (2003). From "grand coalition" to left-right confrontation: explaining the shifting structure of party competition in the European Parliament. *Comparative political studies*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 36, n. 1/2, p. 73-96.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2015). *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial.
- MARTINS, Carlos. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boi Tempo.
- MORALES, José; FERNÁNDEZ, Ernesto. (2008). El problema de las preferencias em la democracia: un acercamiento desde la óptica de la racionalidad acotada. *Papers*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. V. 88, n. s/i, p. 81-100.
- MORIN, Jean-Frédéric; GOLD, E. Richard. (2010). Consensus-seeking, distrust and rhetorical entrapment: the WTO decision on access to medicines. *European Journal of International Relations*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 16, n. 4, p. 563-587.

- NASSIF, André. (2008). Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Brazilian Journal of Political Economy*. São Paulo: Centro de Economia Política. V. 28, n. 1 (109), p. 72-96.
- ODZUCK, Eva; GÜNTHER, Sophie. (2022). Digital campaigning as a policy of democracy promotion: applying deliberative theories of democracy to political parties. *Z Politikwiss*. Nova Iorque: Springer Publishing. V. 32, n. s/I, p. 507-530.
- PERISSINOTTO, Renato. (2014). O conceito de Estado Desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR. V. 22, n. 52, p. 59-75.
- REGO, Marcos; JUNIOR, José. (2017). Projeto de implantação da indústria automotiva no Brasil: por uma abordagem sob a ótica da teoria dos stakeholders. *Organizações & Sociedade*. Bahia: NPGA. v. 24, n. 81, p. 216-236.
- REINERT, Erik. (2016). *Como os países ricos ficaram ricos ...e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- REIS, Fábio W. (2010). *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: <http://books.scielo.org> . Acesso em: 7 de nov. de 2025.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- SCHAPIRO, Mario. (2013). O que a política industrial pode aprender com a política monetária? *Novos Estudos (CEBRAP)*. São Paulo: CEBRAP. V. 96, n. s/I, p. 117-130.
- SCHATZKI, Theodore. (2006). On organizations as they happen. *Organization Studies*. Nova Iorque: SAGE Publishing. V. 27, n. 12, p. 1863-1873.
- SPINK, Mary; LIMA, Helena. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- STEPHENSON, Matthew. (2011). Information acquisition and institutional design. *Harvard Law Review*. Nova Iorque: JSTOR. V. 124, n. 6, p. 1422-1482.
- THÉVENOT, Laurent; MOODY, Michael; LAFAYE, Claudette. (2000). Forms of lavuing nature: arguments and modes of justification in French and American environmental disputes. In: LAMONT, Moody; THÉVENOT, Laurent (Orgs.), *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WARNTJEN, Andreas. (2010). Between bargaining and deliberation: decision-making in the Council of the European Union. *Journal of European Public Policy*. Reino Unido: Taylor & Francis Group. V. 17, n. 5, p. 665-679.
- WASSERMAN, Cláudia. (2017). *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV editora.

Vinicius Foletto Bevilaqua

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.